



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**

**CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA**

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO: AS POSSÍVEIS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**RAYANE SOUZA DA SILVA**

**Cuiabá – MT**

**2012**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**

**CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA**

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO: AS POSSÍVEIS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**RAYANE SOUZA DA SILVA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito do curso de Graduação Tecnológica em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, para obtenção de Título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dra. Raquel Martins Fernandes

**Cuiabá – MT**

**2012**

S586f

**SILVA, Rayane Souza da**

Fenomenologia da percepção: as possíveis contribuições para a educação ambiental /  
Rayane Souza da Silva - Cuiabá, MT: O Autor, 2012.

24 f.il.

Orientadora - Prof<sup>a</sup> Dra. Raquel Martins Fernandes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Campus Cuiabá – Bela Vista. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

1. Educação ambiental 2. Fenomenologia de Merleau-Ponty 3. Percepção ambiental

I. Fernandes, Raquel Martins II. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

CDD: 363.7

**RAYANE SOUZA DA SILVA**

**FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO: AS POSSÍVEIS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado.

Aprovado em 14 de Novembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

**Dra. Raquel Martins Fernandes**

Professora Orientadora IFMT

**Msc. Vinícius Carvalho Pereira**

Professor Convidado IFMT

**Esp. Fernanda Silveira Carvalho de Souza**

Professora Convidada IFMT

**Cuiabá – MT**

**2012**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>2. MATERIAL E MÉTODO</b>	<b>3</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>3</b>
<b>3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS PERSPECTIVAS</b>	<b>3</b>
<b>3.2 O RETORNO AS COISAS MESMAS</b>	<b>8</b>
<b>3.3 CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO DE MERLEAU-PONTY PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>10</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>17</b>
<b>5. REFERÊNCIAS</b>	<b>18</b>
<b>6. ANEXO</b>	<b>21</b>



## TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL

### FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO: AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SILVA, Rayane Souza da<sup>1</sup>

#### RESUMO

A Fenomenologia da Percepção na Educação Ambiental tem conquistado espaço nas pesquisas e nas práticas educativas através do conceito de Percepção Ambiental. Nesta perspectiva, o processo de Educação está voltado à compreensão do sujeito a partir da realidade a qual está inserido, considerando assim, todos os aspectos que o envolvem. Para a Educação Ambiental torna-se relevante conhecer não apenas para que se trabalha, mas com quem se trabalha, a fim de valorizarmos os saberes e práticas educativas relacionadas ao cuidado com o Meio Ambiente. O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura que foi realizada por meio de revistas, livros, artigos disponíveis em meios digitais e impressos. Concluímos que a Fenomenologia da Percepção na Educação Ambiental permite-nos compreender o meio ambiente não como outro fora de nós, mas como algo pertencente a nós, e assim valorizarmos a construção do conhecimento através das experiências, contribuindo assim, para novas maneiras de se trabalhar a realidade para o alcance de uma sociedade mais sustentável.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Fenomenologia de Merleau-Ponty; Percepção Ambiental.

---

Graduanda do Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental do IFMT campus Cuiabá- Bela Vista. E-mail: [anezonoizo@hotmail.com](mailto:anezonoizo@hotmail.com)

## 1. Introdução

A perspectiva de Educação Ambiental no Brasil modificou-se no decorrer do tempo, atualmente assumimos um entendimento mais abrangente, não restrito à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando alguns aspectos que antes não possuíam destaque tal como a sensibilidade. Esse elemento, por exemplo, envolve o conceito de Percepção Ambiental. Nesta perspectiva compreende-se que o conhecimento que temos de Ambiente está relacionado com a postura social, pois, o que sabemos, sabemos a partir de nossas experiências sensíveis, então o interesse das pesquisas na Educação Ambiental em trabalhar com o conceito de Percepção pode ser compreendido como uma necessidade de voltar-se para uma prática a partir do real, e não do ideal de sociedade.

Desta forma, a Educação Ambiental amplia a possibilidade de compreendermos o papel da Educação no Mundo Contemporâneo, com tantas modificações e conflitos. Assim reconhecemos que o trabalho de educar para o desenvolvimento sustentável envolve muitos fatores complexos e interligados que estão presentes no setor econômico, social e cultural.

A Fenomenologia da Percepção tem ganhado mais visibilidade no campo da Educação Ambiental, quando parte do interesse pela relação dos significados das experiências dos sujeitos e as suas consciências de Mundo. Essa abordagem científica de natureza ontológica e investigativa na Educação direciona para uma análise que tem como princípio de entendimento o envolvimento recíproco entre sujeito e situação; em outras palavras, a consciência que temos do espaço ambiental possui uma relação intrínseca com as atitudes vivenciadas no ambiente.

As pesquisas na área da Educação que abordam a temática Fenomenologia da Percepção apontam algumas possíveis contribuições dessa concepção filosófica para a Educação Ambiental. Então se torna relevante sabermos quais são as possíveis contribuições do conceito da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty para as práticas relacionadas à Educação Ambiental.

Nesse sentido, compreender como a sociedade percebe o meio circundante, nas suas expressões de opiniões, expectativas, anseios e dúvidas despertam o interesse para as pesquisas em Educação Ambiental com foco na Fenomenologia da Percepção. O presente trabalho realizou uma revisão de literatura, visando contribuir para a ampliação e valorização da Fenomenologia da Percepção na área da Educação Ambiental.

## **2. Material e Método**

A revisão de literatura foi realizada no campo da Educação Ambiental, da Fenomenologia enquanto Método científico e a Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty na Educação Ambiental. Revistas, livros, artigos disponíveis em meios digitais e impressos foram consultados para o presente trabalho.

Consideramos necessário realizar algumas leituras sobre a História da Educação Ambiental para destacar a perspectiva que direciona atualmente as pesquisas e práticas de Educação Ambiental no País e assim compreendermos quais necessidades surgem diante das mudanças de concepções, e como isso influencia novas abordagens nas pesquisas em Educação Ambiental. Os textos que abordam a Fenomenologia da Percepção na Educação Ambiental são de pesquisadores da área da Educação, com suas respectivas formações; alguns possuem várias publicações com essa temática.

## **3. Apresentação e Discussão dos Resultados**

### **3.1 Educação Ambiental e suas perspectivas**

A questão ambiental tem mobilizado um conjunto de práticas sociais, desde movimentos ecológicos ao legislativo. Essas atitudes podem ser compreendidas como o reflexo das mudanças de valores presentes na sociedade pós-moderna. Reconhecida como uma importante ferramenta para a articulação de novos saberes e práticas, a Educação Ambiental (EA) foi sendo aos poucos ajustada aos projetos nacionais de Educação.

A Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada em 2002, instituiu-a como obrigatória em todos os níveis de ensino, sendo considerada como algo urgente e de suma importância para a Educação Fundamental. Nesse contexto, segundo Carvalho (2004), surgiu um conjunto de iniciativas como a gestão ambiental, formação ambiental, os conselhos de desenvolvimento sustentável, entre outras práticas de movimentos ambientais no Campo Ambiental.

Para Carvalho (2004, p.25) “esse campo é um fenômeno histórico que tem marcado as últimas décadas no Brasil e no mundo.” Trata-se de um amplo processo de transformação das relações entre a sociedade e o meio ambiente. Com isso, a EA tem se tornado a mediadora

entre o campo educacional e o ambiental, trazendo novos diálogos, produzindo reflexões, métodos e concepções que contribuem para o conhecimento e valores das futuras gerações.

A Educação Ambiental rompeu com a visão naturalista na medida em que buscou superar a dicotomia entre natureza e sociedade. No socioambientalismo, temos uma racionalidade interdisciplinar, que procura considerar o meio ambiente não como algo intocável, mas como um campo de constante interação entre a cultura e a sociedade.

Nessa perspectiva, o homem não é visto como um ser intruso, desagregador. Segundo Carvalho (2004), a Educação Ambiental sai desse reducionismo que considerava apenas as dimensões físicas e biológicas, como as leis físicas e os processos biológicos, para uma visão mais complexa do meio ambiente, em que a natureza estabelece uma relação não apenas natural, mas também social e cultural.

Considerando que a EA seja compreendida como a preocupação dos movimentos ecológicos, esta foi pensada a princípio como um instrumento de conscientização, chamando a atenção para os assuntos como a finitude de recursos naturais, a importância da participação social, as atividades que agredem os animais, os prejuízos causados e suas consequências para a qualidade de vida humana na Terra.

Para Sorrentino *et al* (2005), todas essas pautas são resultados das modificações sociais, e de certos paradigmas que implicam tanto a revolução científica quanto política. O autor, numa interpretação gramsciana, destaca que no conceito de estrutura e superestrutura não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seus concretos desenvolvimentos históricos. As modificações das atitudes correspondem aos anseios da superestrutura, ou seja, da própria sociedade civil, pois é onde nascem à ideia, por uma nova ordem, novos valores que implicam mudanças de certos pensamentos estabelecidos.

No plano internacional, a EA começa a ser objeto das discussões de políticas públicas com a I Conferência Internacional sobre o meio ambiente, realizado em Estocolmo no ano de 1972. Devido às iniciativas da ONU em inserir o tema na agenda de governo, foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), mas foi só após da I Conferência em Tbilisi, na ex- URSS em 1977, que a EA foi introduzida como uma estratégia para conduzir à melhoria ambiental e social do planeta.

Essa mobilização internacional instigou conferências e seminários nacionais, bem como a adoção de política e programas. No Brasil, a EA aparece na legislação desde 1973, como atribuição da SEMA. Ainda na década de 1970, começou-se discutir um modelo de

desenvolvimento que conciliasse a economia e o bem-estar social, e a gestão racional de recursos não renováveis, denominada de ecodesenvolvimento.

Segundo Carvalho (2004), em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento e quatro anos depois publicou-se o relatório que faz parte de uma série de iniciativas anteriores à Agenda 21. *Nosso Futuro Comum*, ficou também conhecido como relatório de Brudtland, homenagem à primeira ministra norueguesa GroBrudtland. A partir desse relatório, o conceito de *sustentabilidade* passou a ser utilizado, substituindo a palavra ecodesenvolvimento. Segundo Carvalho (2004) a sustentabilidade surgiu dentro de um sistema econômico que visa o crescimento. Para Tristão (2005, p. 255) “[...] a sustentabilidade, entretanto, emerge como subversão à ordem econômica dominante e como fruto da insatisfação humana contra um modelo falido de desenvolvimento cunhado na racionalidade cognitivo-instrumental.”.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA- lei 9795/99), em seu artigo 1º, destaca:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua Sustentabilidade.

A presente lei atribui à sociedade civil a reponsabilidade de conservar o Meio Ambiente como forma de garantir a saúde e a sustentabilidade, e para isso é necessário agir tanto individualmente quanto no coletivo para a construção de uma nova perspectiva social. Em uma definição política desses acontecimentos voltados ao meio ambiente Sorrentino conclui:

Assim a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 290).

Para o autor essa articulação entre Sociedade e Estado através de política pública para a preservação e conservação do Meio Ambiente tanto por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) quanto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é importante, mas alerta que não devem apresentar propostas apenas para resultados quantitativos, isso significa dizer que a pretensão deve ser o crescimento qualitativo da sociedade, ou seja, a preocupação é com o desenvolvimento social.

De acordo com Sorrentino *et al* (2005), esses processos de intervenção direta fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (no âmbito formal e não formal da educação) com capacidade de desempenhar gestão e formação de educadores ambientais que promovam uma educação crítica e emancipatória.

A Educação Ambiental orientada pela transdisciplinaridade tem como concepção o meio ambiente, não apenas como Natureza, mas uma interação entre o meio físico-biológico e a sociedade e cultura produzida. A transdisciplinaridade pode ser entendida como um complemento à abordagem disciplinar, pois, não pretende o domínio de várias disciplinas, mas a ampliação de todas elas, reavaliando o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos. Colocar na prática esses novos direcionamentos não é algo muito simples, trata-se de uma batalha pela *práxis*.

Segundo Sorrentino *et al* (2005), a racionalidade ambiental como produto de *práxis* constitui um conjunto de interesses e de práticas sociais ligadas por ordens diversas que confere sentidos e organizam processos com determinadas regras, meios e fins socialmente construídos.

De acordo com Carvalho (2004), no Brasil, a EA se orienta pelo *Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis*, que nasceu na Jornada Internacional de Educação Ambiental, durante o Fórum Global paralelo à Rio-92, documento que constitui marco referencial da Educação Ambiental de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Destaca-se o seguinte trecho que esclarece seus princípios norteadores:

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (CARVALHO, 2004, p. 56).

Atualmente, o conceito de diversidade, no sentido amplo da palavra, é assunto que abrange tanto a ciência quanto a Educação Ambiental. A prática educacional, segundo Carvalho (2004) deveria estar baseada na garantia dos direitos fundamentais da condição humana. O autor propõe o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, de gênero, entre outros assuntos, favorecendo assim, um ambiente onde todos possam participar ativamente para a construção de um mundo menos desigual, tendo em vista um sujeito não apenas individual, mas coletivo e se possível, mundial. O que percebemos nesse trecho é que a direção da educação ambiental não se trata de algo hermético que apenas engloba questões

como preservar e conservar, mas trata-se da sustentabilidade da vida. Essa sustentabilidade implica novos valores sociais, culturais e econômicos no Mundo.

Estamos na direção à ampliação de práticas sustentáveis, individuais e coletivas que se opõem, por exemplo, a hábitos consumistas através de mudanças práticas, como uso de roupas recicláveis, aproveitamento de materiais, substituição de combustíveis, movimentos de protesto, a fim de oferecer novas possibilidades de escolha para um consumo mais responsável com o meio ambiente.

Para Jacobi (2003, p. 10), “A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens”. O papel da Mídia, principalmente a TV, segundo o autor tem contribuído para a difusão dessa nova ideologia.

Os acontecimentos ambientais aparecem na mídia como forma de denúncia às explorações, a preocupação com o aquecimento global, catástrofes climáticas, o fim da água e entre outras notícias, o que certamente demonstra o papel potencial sensibilizador da mídia. De acordo com Jacobi (2003), a utilização de ciberespaço como a internet e os meios da multimídia oferecem-nos uma extensa capacidade de alcançar as pessoas. A motivação e sensibilização devem acontecer para que possam ajudar no movimento em busca de um ambiente com qualidade de vida.

O Educador Ambiental, nesse sentido, deve ter a ação voltada para a formação de sujeitos que possam se tornar capazes de compreender o mundo e agir de maneira crítica nele. A intenção está em um sentido mais profundo, pois não está em apenas informar os sujeitos, mas em formar sujeitos capazes de ler e interpretar o contexto social a que pertencem, em sua dinâmica e complexidade. Mas é importante esclarecer que a educação ambiental não deve ser compreendida como pertencente apenas a espaços escolares ou professores, mas a todos que desejam construir uma nova direção socioeconômica.

O educador é um mediador, o qual sempre deve estar envolvido em uma tarefa reflexiva que implica buscar outras leituras de vida, nova compreensão do mundo e de nossa ação no mundo. A importância maior está em sempre pensar, que podemos reinterpretar o que vemos, escutamos, sentimos no decorrer de nossas vidas.

Para Carvalho (2004, p.80) “estamos no mundo e a todo o momento construindo percepções, leituras e interpretações do ambiente que nos cerca”. Dessa maneira inscrevemos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura. Esse envolvimento de mútua transformação entre o humano e a natureza

organiza-se como um círculo que nunca se fecha e que diferentemente do círculo vicioso da repetição, está disposto a produzir novos ambientes de vida e cultura.

Para Sato (1997) esse trabalho de construção necessita da participação do outro, mas esse outro apenas contribui para o processo, no entanto, a responsabilidade de construir nova consciência depende mais de nossa *vontade íntima de ser*. Nesse direcionamento Sato (1997, p. 21) afirma que “Ninguém pode dar consciência a ninguém [...]”. Por sermos seres construídos socialmente, à medida que compreendemo-nos no mundo é que somos capazes de captar a realidade que nos cerca. A ação no mundo está relacionada com a consciência particular de mundo.

De acordo com Sato (1997, p.21), “[...] o mundo social não funciona somente em termos de consciência, mas também de práticas”. A importância da práxis para a sustentabilidade seria nesse sentido o reflexo de uma consciência que compreendeu o seu sentido, a sua ação, pois na medida em que vivemos, fazemos nossas reparações, modificações, ajustes a fim de nos sentirmos pertencentes ao ambiente.

Considerando as perspectivas da educação, novas temáticas de pesquisa estão surgindo relacionadas à Fenomenologia, trazendo importantes contribuições para se pensar e praticar a Educação Ambiental.

### **3.2 O retorno às coisas mesmas**

A Fenomenologia surge com o filósofo Franz Brentano, que tem como principal precursor Edmund Gustav Albrecht Husserl, considerado um dos pensadores mais influentes do século XX. O matemático e filósofo ficou conhecido mundialmente como idealizador de uma filosofia descritiva da experiência subjetiva, conhecida por método Fenomenológico. Seguindo essa corrente, temos como outros representantes, os filósofos Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Merleau-Ponty.

A Fenomenologia de Husserl se constituiu no contexto de conflito, entre o racionalismo e empirismo, entre o método filosófico e o método das ciências experimentais:

Em contraponto ao positivismo e sua pretensa objetividade e neutralidade científica a fenomenologia de Husserl possibilita a retomada da humanização da ciência, estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerando-os polos inseparáveis, sob dois traços fundamentais: identificar o fenômeno e sua essência (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 46).

Podemos compreender a Fenomenologia como “o retorno à consciência”. Eis a pedra fundamental da Fenomenologia de Husserl para Galeffi (2000, p. 19). Esse retorno envolve

colocarmos no caminho das próprias coisas, isto significa retornar a elas. Husserl não considerava rigorosos os métodos empregados na psicologia experimental, porque essa ciência sempre partia de dados unicamente empíricos.

Enquanto a ciência positivista limitava seu campo de análise ao experimental, a Fenomenologia constituía-se como método que não tinha a preocupação de interpretar os fatos, mas apenas descrevê-los, fazendo uma análise compreensiva, e não explicativa dos fenômenos.

Segundo Galeffi (2000, p 25), “[...] a palavra ‘fenômeno’ é para a Fenomenologia algo que compreende, simultaneamente, tanto o aparecer quanto aquilo que aparece: a relação indissociável entre o sujeito e o mundo, a consciência e seus objetos”.

Para Husserl a ciência deveria ficar livre de qualquer suposição. De acordo com Galeffi (2000, p. 25) “O que está em questão é como o conhecimento do mundo se dá à minha consciência [...]”.

Husserl preocupou-se em dizer que o estudo do conhecimento não é tão simples como se pensava e que as coisas possuem suas intencionalidades, pois o conhecimento é sempre conhecimento de algo e o trabalho metodológico seria desvelar esse algo, ir à essência do conhecimento.

Nas palavras de Galeffi (200, p. 31), o conhecimento transcendental é um “conhecimento capaz de pôr em suspeição o seu próprio modo de conhecer.” A Fenomenologia é compreendida como a ciência da essência do conhecimento:

Portanto, segundo a clareza abissal de Husserl, o conhecimento humano não é da mesma ordem do mundo natural. Neste sentido, somente uma investigação dos modos de ser e das estruturas em que se dá o conhecimento permite a construção de uma ciência dos fenômenos, no qual o homem é o único sentido essencial. Neste caso, logra-se fazer filosofia, e só deste modo é possível se constituir uma ciência da essência do conhecimento. Ao que tudo indica, esta parece ser a direção em que a fenomenologia transcendental de Husserl apresentasse inequívoca, cabendo apenas verificar em que medida esta posição nos toca e é capaz de fazer-nos pensar no nosso próprio ser-no-mundo em uma perspectiva genuinamente filosófico-problemática. (GALEFFI, 2000, p. 31).

Esta parte do artigo oferece-nos alguns elementos para o entendimento da Fenomenologia de Husserl como método de investigação e a sua diferença com relação aos outros métodos de estudo. Considerando que o trabalho de Husserl seja muito extenso expomos alguns elementos necessários para alcançarmos a compreensão e o sentido dos apontamentos dos textos analisados, das possíveis contribuições da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty para a Educação Ambiental.

### 3.3 Contribuições da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty para a Educação Ambiental

Considerando a trajetória da Educação Ambiental e o seu direcionamento conceitual, podemos dizer que os objetivos apresentados são desafiadores: no sentido de considerar que a sustentabilidade envolve a participação do sujeito no processo, o ser sustentável é ter atitudes sustentáveis. O objetivo é vivermos o presente sem desconsiderarmos o futuro, observando as nossas práticas cotidianas. Podemos dizer que isso implica analisar a realidade dos sujeitos. Como estes sujeitos vivem? O que percebem? Quais os sentimentos atribuídos ao espaço em que vivem? O que pode a Percepção Ambiental? Esses elementos constituem a imagem da relação do sujeito com o Meio Ambiente.

A Percepção Ambiental, com base na Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty, vem sendo trabalho de bastante interesse por pesquisadores, educadores e outros setores sociais. A Fenomenologia da Percepção do filósofo baseia-se no estudo sobre a percepção na Fenomenologia de Husserl e na Psicologia da Gestalt.

Merleau-Ponty (1999, p. 01) assim conceitua a Fenomenologia:

A Fenomenologia é o estudo das essências e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas Fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essenciais na existência, e não pensa que se possa compreender o fenômeno e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade.

A Obra *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty publicada no ano de 1999 traz um elemento chave para a compreensão de seus pensamentos: o Corpo. Para Merleau-Ponty (1999), o corpo não é somente um objeto como vários outros, trata-se de um agente sensível a todos os objetos. O corpo é sensível ao Meio Ambiente e a tudo o que participa de sua experiência corporal.

A experiência com o Meio Ambiente está ganhando mais visibilidade nas abordagens temáticas na área da Educação Ambiental e, para isto, a Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty permite-nos pensar sobre essa relação com o espaço ambiental em que vivemos, considerando que este espaço, não se configura apenas em árvores, concretos, muros, mas também na dinâmica das relações pessoais.

Merleau-Ponty fala do reconhecimento do corpo no estudo da Fenomenologia, e a relação desta com a significação das expressões do sujeito no mundo.

Reconhecemos no corpo uma unidade distinta daquela do objeto científico. Acabamos de descobrir uma intencionalidade e um poder de significação até em sua “função sexual”. Procurando descrever o fenômeno da fala e o ato expresso de significação, poderemos ultrapassar definitivamente a dicotomia clássica entre o sujeito e o objeto (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 237).

As atitudes apresentam um poder de significação porque estabelecem uma intencionalidade no ato de expressão, com isso, Merleau-Ponty afirma que para ultrapassar a dicotomia entre sujeito e objeto é necessário considerar também o fenômeno da fala através do método descritivo. Neste trecho podemos entender essa relação do corpo com o Mundo Percebido:

Quando caminho em meu apartamento, os diferentes aspectos sob os quais ele se apresenta a mim não poderiam aparecer-me como os perfis de uma mesma coisa se eu não soubesse que cada um deles representa o apartamento visto daqui ou visto dali, se eu não tivesse consciência de meu próprio movimento e de meu corpo como idêntico através das fases desse movimento. Evidentemente, posso sobrevoar o apartamento em pensamento, imaginá-lo ou desenhar sua planta no papel, mas mesmo então eu não poderia apreender a unidade do objeto sem a mediação da experiência corporal, pois aquilo que chamo de uma planta é apenas uma perspectiva mais ampla: é o apartamento “visto de cima”, e, se posso resumir nela todas as perspectivas costumeiras é sob a condição de saber que um mesmo sujeito encarnado pode ver alternadamente de diferentes posições. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 273).

A importância do Corpo para o conhecimento é apontado como fator principal na obra de Merleau-Ponty. A vivência, nesse direcionamento, permite que as observações entre o Homem e a Natureza, sejam compreendidas a partir do conhecimento que o sujeito encarnado tem de mundo. A percepção do Corpo, em outras palavras, a experiência corporal do sujeito, norteia o trabalho desse filósofo e assim influencia nas discussões na área da Educação Ambiental.

Segundo Merleau-Ponty (1999, p. 14), a nossa percepção está na vivência: “[...] o mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável”.

Esse mundo inesgotável a que Merleau-Ponty se refere é o mundo do sensível, do campo da percepção. Destacamos algumas releituras para a análise, considerando as perspectivas apontadas como contribuição da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty para a área da Educação Ambiental.

Para Ribeiro *et al.* (2009), a Percepção Ambiental pode ser entendida como uma forma de estabelecer novas propostas de Educação Ambiental, com o objetivo de valorizar os

saberes, as experiências dos sujeitos. Mas, em contrapartida, pode ser compreendida pelos Educadores Ambientais como um conceito praticado mais para a sensibilização:

Há pensadores na EA que afirmam que os estudos de Percepção Ambiental são uma etapa prévia para se fazer projetos e programas de EA com vistas a conhecer os saberes e interesses, gostos, expectativas, necessidades, vivências e experiências de indivíduos e grupos, bem como objetivando identificar o significado de signos importantes para a existência das pessoas. Em contrapartida, outros educadores ambientais pensam a percepção do MA, sobretudo nas atividades de sensibilização ambiental, por meio de multiestimulação da acuidade perceptiva, cognitiva e afetiva [...] (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 59).

O estudo da Fenomenologia da Percepção na Educação Ambiental se torna objeto de pesquisa no interesse de corresponder aos objetivos propostos pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A sustentabilidade seria o resultado de uma série de mudanças que deveriam ser analisadas, considerando os vários aspectos humanos.

Segundo Marin (2009) é importante explorar o corpo nas atividades de educação Ambiental, a fim de construir uma prática educativa que não se baseie apenas nos livros, mas que explore as possibilidades de educar:

O primeiro ponto diz respeito a outro importante significado das reflexões de Ponty à educação: o papel do corpo na relação do ser humano com o mundo vivido. Podemos considerar que a educação fundada no pensamento clássico privilegiou o desenvolvimento cognitivo em detrimento das outras dimensões do ser humano. Uma educação centrada na transmissão de conteúdos de conhecimentos científicos, onde aprendizado é avaliado pelo acúmulo de informações e pelo treinamento das operações lógicas e da leitura metódica do mundo empírico, dispensou atenção à corporeidade somente no limite do desempenho físico idealizado (MARIN, 2009, p. 64).

Marin (2009) aponta uma crítica ao modelo clássico de Educação que enxerga apenas o aspecto cognitivo, desconsiderando outras dimensões da natureza humana. A autora é contra a prática de Educação centrada no formalismo metódico que não confere atenção à corporeidade. O corpo, para Marin (2009), estabelece sua importância significativa porque representa fisicamente o elo entre o eu e o mundo.

Muitas vezes, dizemos que atitudes como jogar lixo no chão, ou deixar a torneira aberta, desperdiçando água, não passam de atividades mecânicas, automáticas, sem muita intenção. Essa não intencionalidade aparente é o objeto de investigação de alguns pesquisadores, pois, considerando que a nossa relação com o Mundo é a expressão que não se limita apenas ao momento presente, mas a uma série de eventos, já experienciados através do corpo, foi se constituindo e ressignificando.

Temos, nesse sentido, a ideia de que para analisarmos o Meio Ambiente e tudo o que o constitui, precisaríamos partir do pressuposto de que as atitudes cotidianas das pessoas são atitudes aparentemente automáticas; no entanto, são construídas a partir da experiência, são resultados da consciência dos significados e das significações que atribuímos às coisas nas relações com o Meio Ambiente:

Essas buscas se abrem a um plano comum: o de superação de uma visão de mundo centrada nos formalismos da ciência e da técnica. Sugerem a insistência de uma fluidez vital que os discursos intelectualistas não poderiam suportar. A realidade resiste à redução do presente a alguns tipos muito limitados. A investigação do presente, particularmente das relações do ser humano com o mundo, pede a imersão do pensamento no avesso das formulações conceituais e explicativas dos fenômenos, de maneira que a percepção surpreenda-se como gênese pré-formal, pré-intelectual, pré-subjetiva, entre emergências da imaginação, dos sonhos, das variações de variações que os engendram. É nessa dimensão anterior às formas e aos sujeitos que a experiência estética do mundo pelo mundo pode nos afetar, antecedendo-nos e complicando-nos na invenção de suas expressões, relações, modos de viver, sentir, perceber (MARIN; LIMA, 2008, p. 209).

De acordo com as autoras, o estudo da Fenomenologia da Percepção nas pesquisas em Educação Ambiental baseia-se na visão contrária à ciência centrada ao formalismo técnico. Analisar a realidade do ser humano exige considerar que o nosso conhecimento de realidade relaciona-se com a percepção individual de mundo. Essa percepção apresenta-se de maneira, muitas vezes, pré-formal, o que significa dizer que analisar a realidade é reconhecer que o nosso modo de viver provem de uma gênese pré-intelectualizada.

Para Oliveira (2006), o espaço em que vivemos é o reflexo de nossas escolhas. O espaço físico nos identifica e influencia nossos hábitos. Nesse sentido, podemos dizer que as expressões urbanas estão imbuídas de sentimentos, expressões, memória, que nos permitem perceber e significá-la de maneira particular.

As transformações no espaço ocorrem diariamente, surgem locais de referência, que se transformam em pontos de referência à medida que se tornam espaços de identificação e de expressão urbana, ou seja, à medida que esses locais relacionam-se com os humanos pelos sentimentos e vivências. Cada cidade tem seu próprio estilo, cada bairro tem suas características próprias, cada vila tem sua identidade. Essa diferença deve-se a um conjunto de características ambientais, sociais, culturais, espaciais e locacionais. São essas características do lugar que levam os indivíduos a terem imagens diferentes uns dos outros. A formação mental de cada um deve-se às relações do meio onde estão inseridos e a relação consegue mesmo e a sua capacidade de abstrair do mundo real aquilo que é visível a si mesmo (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Para o autor, as transformações nos espaços urbanos acontecem de maneira constante. As pessoas cotidianamente deixam suas marcas nos espaços que habitam: essa atitude é uma forma de identificação com o ambiente. Podemos perceber isso, entre a cidade de São Paulo e Salvador: ambas apresentam a particularidade histórica e cultural e isso influencia

significativamente na estrutura dos planejamentos Urbanos. O que ocorre também em outras cidades.

De um lado temos a imagem da modernidade, com prédios arranha-céus, tecnologia sofisticada, a presença de grandes eventos artísticos, a pluralidade social. Do outro a tecnologia chegou, mas de maneira diferente, podemos ainda perceber a valorização da memória refletida na conservação dos centros históricos, museus, nas casas, danças e comidas típicas. Essas particularidades identificam a singularidade de cada estado, cidade, região ou país. Certamente, a percepção de Meio Ambiente torna-se algo intransferível.

Marin (2009) e Oliveira (2006) consideram que o sentimento de ser parte da natureza, permite uma abertura relevante para as possíveis intervenções da Educação Ambiental. Uma das preocupações está em valorizar a realidade dos sujeitos envolvidos:

A partir do momento em que o ser humano se sentir como elemento integrante do meio ambiente, os problemas ambientais poderão ser amenizados. Como este não se vê enquanto natureza, sua maior preocupação está relacionada exclusivamente à questão econômica, o que está provocando essa cadeia de desequilíbrio no nosso Planeta (OLIVEIRA, 2006, p. 33).

A relação do corpo com a percepção de mundo torna-se indissociável nessa interpretação. Para Marin (2009) e Oliveira (2006), enquanto o ser humano não se sentir parte do Ambiente e continuar mantendo uma postura de superioridade nessa relação, será difícil o trabalho de sensibilização, ou qualquer outra atividade voltada para a Educação Ambiental.

A Percepção nas abordagens da Educação Ambiental pode ser compreendida como uma importante movimentação para entendermos a dimensão de educar para a mudança. Pensar a EA na perspectiva da Fenomenologia da Percepção é abandonar a linearidade, o Cartesianismo. Para Marin (2008, p. 206), “O pensamento sobre o mundo não deve, portanto, substituir a experiência do mundo.” O corpo não se separa do conhecimento, do pensamento, das ideias:

É indissociável em Merleau-Ponty a dimensão dialética, fenomenológica de três âmbitos: Eu-Outro-Mundo, identitariamente distintos, que mutuamente se remetem um ao outro, ontologicamente inseparáveis, e até “com-fusos”. É precioso em Merleau-Ponty, o exemplo, quando nossa mão esquerda toca nosso braço direito, quem tocou e quem é tocado? Isso não é imaginação, é percepção. Esta situação ambígua incomoda e, de certa forma, torna a EA incompreensível aos olhos tradicionais de quem pensa linear e cartesianamente. De certa forma, somos textos ativos num contexto passivo. Estamos dentro e fora da avaliação, somos sujeitos e simultaneamente objetos. Falamos em filosofia e também de biodiversidade. Inserimo-nos na democratização educativa através do nosso grito ambientalista. Somos, enfim, a liberdade em movimento que içava vós libertários nas asas dos desejos, buscando a terra que acalenta a alma e amarra o rabo em um porto seguro (PASSOS; SATO, 2005, p. 19).

Analisando essa colocação percebe-se que para os autores não existe a delimitação para a percepção. Quando se questiona quem tocou, se foi o braço ou a mão, a autora faz uma analogia ao sentido do conceito de percepção de Merleau-Ponty: ambos foram tocados. Podemos compreender que influenciados e somos influenciados pelo ambiente, e o processo educacional corresponde à intervenção para a mudança; no contexto atual de decisões propõe-se uma realidade mais prática de Educação que apresente resultados que reflitam no dia-a-dia das pessoas.

De acordo com Fernandes *et al.* (2003) cada indivíduo responde de maneira diferente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas são resultados das percepções tanto individuais quanto coletivas, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Nesse sentido, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos entender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, anseios, insatisfação e satisfação, condutas e julgamentos.

A noção de comportamento em Merleau-Ponty dirige-se às ações do corpo no mundo, porque parte do mundo. Não é, portanto, resultado do puro reflexo e estímulos físicos. A sua existência é significativa no conjunto dessas ações no mundo vivido. A expressão humana que é situação inerente ao comportamento, revela o modo de ser do comportamento. Merleau-Ponty não ignora os reflexos, os estímulos, os fatores físicos e biológicos, enquanto realidades do comportamento. Uma das questões importantes que observa e que, se por um lado, esses não são fatores dispensáveis ao modo de ser do comportamento, por outro, limitam o sentido da sua ação no movimento do corpo nas coisas vividas (MACHADO, 2010, p. 83).

O estudo da Percepção na EA possibilita o engajamento do cidadão nas decisões políticas, visto que, a partir do momento em que percebemos a importância dos recursos naturais e as implicações da degradação antrópica para a vida no planeta começaremos a pensar em mudanças para dentro e fora dos espaços escolares, pois a proposta da presente Educação Ambiental é considerar todos os espaços ambientais como importantes.

A principal função da Educação Ambiental, para Dias (2000), é a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade sócio-ambiental, com um comprometimento com a vida, o bem estar de cada um e da sociedade, tanto a nível global como local.

Para Silva e Egler (2002), a percepção possui as seguintes características:

É o conhecimento sensorial de totalidades e questões dotadas de sentido; é uma vivência corporal; demonstra a relação do sujeito com o exterior; através do seu conhecimento podemos delimitar qualidades para o mundo; envolve nossa história pessoal; é uma conduta vital, uma comunicação; é uma interpretação de coisas e objetos que nos rodeiam; envolve valores sociais; nossa vida social. Assim, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. Em fim, o

estudo da percepção pode revelar as ideias ou imagens e as impressões que grupos possuem sobre algo, considerando que possuímos necessidades, valores, interesses e expectativas. É com esse entendimento sobre percepção que, com um amplo estudo bibliográfico, foi possível delimitar as principais percepções ou imagens de parques urbanos (áreas protegidas no meio urbano), assumidas ao longo de sua história (SILVA; EGLER, 2002, p. 3).

De acordo com as autoras, existe uma tendência em se estudar a percepção de populações, em temas diversos. Segundo Silva e Egler (2002) “Em áreas protegidas, essa abordagem tem sido cada vez mais requisitada em planos e projetos de implantação de parques e outros tipos de reservas”.

Para Marin (2008), Oliveira (2006), Silva e Egler (2002), os estudos da percepção não possuem uma única abordagem, o conhecimento das percepções como um campo em descoberta pode determinar sentimentos, ideias, necessidades, expectativas sobre as realidades dos envolvidos no processo.

De acordo com Silva e Leite (2000, p. 01), “[...] na realidade, o ser humano age no meio ambiente a partir de sua imagem e não a partir da imagem real”. E nesse sentido a EA com seus programas e projetos devem, segundo as autoras “[...] em primeiro plano identificar a percepção ambiental da comunidade envolvida para intervir a partir dela.”

Na defesa da valorização da Percepção Ambiental na Educação Ambiental Silva e Leite (2000, p. 02) consideram que o ponto de partida do processo educativo deve considerar os conhecimentos que as pessoas possuem sobre o meio ambiente, pois, não é conveniente que os educadores cheguem a um ambiente e esqueça-se de trabalhar com a comunidade. “Muitas vezes, a experiência da comunidade proporciona conhecimentos ditos não científicos, mas que são fundamentais para compreender a relação ser humano - meio ambiente”.

A palavra “corpo” e o seu sentido na Fenomenologia da Percepção está diretamente ou indiretamente citada nos textos analisados, relacionando-se com o cuidado de si, a vivência, memória, o sensível, expressões de sentimentos, e principalmente como uma possibilidade de estudo da realidade do ser humano.

Esses pontos levantados são compreendidos no presente trabalho como possíveis contribuições, que foram apontadas na literatura analisada sobre a Fenomenologia da Percepção no campo Educacional. Sendo assim, permite-nos pensar que esses elementos são fundamentais para o estudo e prática da Educação Ambiental, uma vez que o conhecimento que o sujeito tem de si é a grande chave para desvelar, compreender a sua relação com o Meio Ambiente e quiçá se modificar, para uma vida com saúde em um planeta sustentável.

#### 4. Considerações Finais

As políticas públicas direcionadas a melhoria do Meio Ambiente são instrumentos do Estado para o alcance da qualidade Ambiental. Pautada na busca pela sadia qualidade para às presentes e futuras gerações tem por objetivo oferecer ferramentas que sirvam para a cidadania, a ética e aos valores sociais. A Educação Ambiental como disciplina, ou ensino oferecido tanto em espaços escolares quanto não escolares é um dos mecanismos voltados para a subversão de uma ordem econômica predatória, que visa o lucro em detrimento a tudo. É sobre esse contexto que as atividades na Educação Ambiental direcionam o olhar.

O educador é visto como um mediador do processo educativo. Educar para a sustentabilidade é entender que a aprendizagem é permanente, respeitando todas as formas de vida. A sustentabilidade nasce como uma proposta de transformação e de responsabilidade social. A ação de conscientizar não se limita apenas aos espaços escolares, aos professores, mas a todos os sujeitos que sintam pertencentes na luta pela defesa e conservação da vida. A consciência não pode ser oferecida a ninguém, cada um constrói por si mesmo a própria consciência. O papel da educação está mais para a sensibilização do que para conscientizar. Então a educação passa a ter o interesse em trabalhar com o sensível, oferecendo uma forma de reaprender a ver o mundo, através dos sentidos.

A Fenomenologia da Percepção do filósofo Merleau-Ponty é apontada como uma forma de compreender a necessidade vigente da Educação Ambiental. O estudo da Percepção Ambiental oferece-nos ideias que rompem com a visão dicotômica do Cartesianismo. Na filosofia da Percepção o sujeito é um ser construído a partir da experiência no Mundo. Considerando as ideias do filósofo o Homem não é uma continuação do Mundo, ele é pertencente ao Mundo, não se separam. É pela percepção que conhecemos o Mundo e nos reconhecemos.

O pensamento de Merleau-Ponty corresponde aos anseios da Educação Ambiental. Penso que não ocorrerá avanço em termos de prática se não reconhecermos que a percepção pode nos oferecer elementos essenciais para o conhecimento do Ser Humano. Nesse pensamento o corpo está relacionado com a existência, a sensibilidade, os afetos, a experiência, as expressões; são alguns elementos que ajudam a constituir o conhecimento que o ser humano possui de Mundo. No entanto, não existe percepção certa ou errada, boa ou

ruim, adequada ou inadequada, mas existem percepções diferentes, condizentes com a experiência de vida de cada pessoa.

O estudo sobre a Percepção Ambiental, neste sentido, é um meio de compreender como os sujeitos dessa sociedade adquirem seus valores, bem como compreendem suas ações e se sensibilizam com as questões socioambientais. A Educação Ambiental tendo conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao Meio Ambiente tem a possibilidade de elaborar propostas que venham a atingir grande parte da sociedade, visando provocar mudanças mais efetivas.

Tendo em vista os aspectos observados conclui-se que a Fenomenologia da Percepção oferece a Educação Ambiental a partir do conceito de Percepção Ambiental uma possibilidade de analisar o sujeito e as questões Ambientais através de uma perspectiva mais ontológica, ou seja, a preocupação dos pesquisadores está em analisar o ser no Mundo de maneira com métodos qualitativos de estudo. Faz-se necessário dizer que as possíveis contribuições da Fenomenologia da Percepção nas práticas educativas propõem a valorização do conhecimento popular, ao falar da experiência pessoal. A importância que confere a vivência, como as formas de vida em suas particularidades cotidianas, assim como a afirmação da existência através da aceitação do corpo como órgão necessário aos nossos sentidos.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, I.C.M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 6<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FERNANDES, R. S., SOUZA, V. J., PELISSARI, V. B. & FERNANDES, S. T. 2003. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. Disponível em:

[http://143.106.158.7/anppas/encontro2/GT/GT10/roosevelt\\_fernandes.pdf](http://143.106.158.7/anppas/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf)>. Acesso em 7 de abril de 2012.

FRAZÃO, J. O; SILVA, J.M; CASTRO, C.S.S. Percepção ambiental de alunos e professores na preservação de tartarugas marinhas na praia da pipa- RN. In: Rev. Eletrônica Metr. Ambiente. ISSN 1517-1257, v.24, janeiro a julho de 2010.

GALEFFI, D. A. O que é isto — A fenomenologia de Husserl? In: *Ideação*, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000.

JACOBI, C. M., FLEURY, L. C. & ROCHA, A. C. C. L. 2003. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da

Serra do Rola Moça, MG. Disponível em:

<<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Meio12.pdf>>. Acesso em: 4 de março de 2012.

MACHADO, B.F.G. Visão e Corporeidade em Merleau-Ponty. *Argumentos* - revista de filosofia. Paraná. Argumentos, Ano 2, N°. 3 – 2010. p. 82-88.

MARIN, A.A; LIMA, A. P. Individuação, Percepção, Ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 03, p 265-281, 2009.

MARIN, A. A. A percepção do *Logos* do Mundo Estético: contribuições do pensamento de Merleau-Ponty aos estudos de Percepção e Educação Ambiental. *Interações*, 2009. Disponível em <<http://www.eses.pt/interaccoes>>. Acesso em: 11 de abril de 2012.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção* / Maurice Merleau-Ponty; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. 2- ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 656p.

MOREIRA, D.A. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2004, 152 p.

OLIVEIRA, N. A.S. A educação ambiental e a percepção fenomenologia, através de mapas mentais. In: *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v.16, janeiro-junho de 2006.

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michele. Educação Ambiental: O currículo nas sendas da Fenomenologia Merleau-Pontyana. In: SAÚFFE, Iucie; ORELLANA, Isabel, et. SATO, Michele (Dir.) *Sujets Choisis em Éducation relative à L' environnement- d' une Amérique à L' autre*. Montréal: ERE-UQAM, 2002, Tome I: pp. 129-135.

RIBEIRO, W. C; LOBATO, W; LIBERATO, R.C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. In: *SINAPSE AMBIENTAL*, 7, 2009, Betim, Anais... Betim, 2009, pp.42-65.

SATO, Michele. *Educação para o ambiente amazônico*. São Carlos: Tese de Doutorado, PPG-ERN/UFSCar, 1997, 245p.

PASSOS, Luiz A.; SATO, Michele. Asas de jacarés e rabos de borboletas à construção Fenomenológica de uma canoa. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). *Educação Ambiental: Pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.213-232.

SILVA, L.J. M; EGLER, I. O estudo da percepção em espaços urbanos preservados. In: Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em ambiente e sociedade. Iº Encontro. Sustentabilidade e cidades, 2002. Anais... Indaiatuba. ANPPAS. p. 1-10.

SILVA, M.M. P; LEITE, V.D. Percepção Ambiental de educadores de escolas do ensino fundamental da escola pública municipal de Campinas Grande- PB. In: XXVII Congresso Internacional de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2003. Anais... Paraíba. ABES. p. 1-4.

SORRENTINO, M; TRAJER, R; MENDONÇA, P; FERRARO, L.A. Educação ambiental como política pública. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2,2005. p. 285-299.

TRISTÃO. M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. p. 251-264.

## ANEXO

Destaco algumas informações a respeito dos autores pesquisados. Essas informações foram consultadas no currículo Lattes e através de consulta biográfica e livros, aponto de maneira sucinta os assuntos relativos à revisão de literatura:

***Merleau-Ponty*** - filósofo fenomenólogo que trabalhou com a Fenomenologia da Percepção. Sua contribuição para este trabalho foi a leitura de algumas partes de sua obra a Fenomenologia da Percepção, publicada em 1999. Neste livro ele desenvolve o seu conceito de Percepção, e traz para o centro da discussão “o corpo”.

***Michele Sato*** - é docente associada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, fenomenologia, ecologismo, arte, mitologia, direitos humanos. Utilizamos a Tese de Doutorado e um artigo publicado. Nesses trabalhos a autora oferece uma proposta de Educação que foge ao modelo tradicional de Educação Ambiental, fazendo críticas e apontando algumas mudanças no campo teórico e prático.

***Luiz Augusto Passos*** - possui graduação em Filosofia e é doutor em educação pela PUC-SP.. Tem experiência nos seguintes temas: movimentos sociais e educação, educação e movimentos sociais, educação popular freireana, fenomenologia merleauPontyana e educação popular. O texto analisado trabalha com o currículo de Educação Ambiental e a Fenomenologia da Percepção.

***Marcos Sorrentino*** - foi Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de abril de 2003 a junho de 2008. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: educação ambiental, políticas públicas e planejamento de futuro na direção de sociedades sustentáveis. O texto analisado *Educação Ambiental como Política Pública*, fala sobre a Educação Ambiental como instrumento para ações públicas e sua importância social.

**Isabel Cristina de Moura Carvalho** - doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É autora de livros e artigos sobre o ambiente, sociedade e educação. Analisamos o livro *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*, publicado em 2004. Nesse livro Carvalho trabalha o desenvolvimento Histórico da Educação Ambiental no Brasil, assim como dos profissionais da Educação Ambiental em suas perspectiva e concepções.

**Martha Tristão** - possui Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo, pós-doutorado em Educação Ambiental na University of Regina, Saskatchewan, Canadá. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, cultura, processos identitários, teoria da complexidade e produção de narrativas. *Tecendo os fios da educação Ambiental* é um texto que apresenta a Trajetória da Educação Ambiental.

**Genebaldo Freire Dias** - doutor em Ecologia. Atualmente é professor e pesquisador da Universidade Católica de Brasília no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental, atua na área de Educação Ambiental e Gestão Ambiental. O livro *Educação Ambiental: Princípios e Práticas* abordam os princípios e as práticas na área da Educação Ambiental

**Frazão, Silva e Carla Soraia Soares de Castro** - publicaram um artigo na revista de pós-graduação com o trabalho sobre a Percepção Ambiental dos alunos e das professoras das tartarugas marinhas. Castro possui doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em população de primatas, Educação Ambiental e conservação da Biodiversidade.

**Dante Augusto Galeffi** - atualmente é professor associado da Universidade Federal da Bahia. Possui experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de filosofia, filosofia da educação, epistemologia do educar, fenomenologia, hermenêutica, linguagem, educação transdisciplinar, estética e ética. Galeffi contribui para compreender a Fenomenologia de Husserl, apontando alguns elementos importantes da teoria.

**Andreia Aparecia Marin** - doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e de Filosofia, com foco nos seguintes temas: Educação Estética e Ambiental, relação arte-educação; teoria estética; teorias da percepção e educação ambiental; paisagens sonoras. Os dois textos trabalhados referem-se à Educação Ambiental e Fenomenologia da Percepção, considerando o aspecto sensível e estético.

**Daniel Augusto Moreira** - possui doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. O texto trabalhado foi sobre a Fenomenologia como método de Pesquisa científica.

**Claudia Maria Jacobi** - graduada em Ciências Biológicas e doutora em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo. Aponta a relevância da Percepção Ambiental para o trabalho nas Unidades de Preservação.

**Bernadete Franco Grilo Machado** - possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, arte, educação, sociedade e cidadania. O texto desta autora aponta dois sentidos na obra de Merleau-Ponty : visão e a corporeidade, relacionando-os como o modo de ser. O trabalho nos oferece pensamentos para realizarmos a leitura da Percepção Ambiental que surge a partir da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty.

**Ione Egler** - *O estudo da percepção em espaços urbanos preservados* (SILVA, L. J. M; EGLER, I.) é uma pesquisa que utiliza os conceitos de percepção para investigar a relação da percepção ambiental das pessoas com a preservação do espaço urbano. Ione Egler possui graduação em Ciência Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Environmental Sciences – University Of East Anglia. Tem experiência na área de Multidisciplinar, com ênfase em Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, atuando principalmente nos seguintes temas: biodiversidade e políticas públicas.

**Monica Maria Pereira da Silva** – em *Percepção Ambiental de educadores de escolas do ensino Fundamental da rede pública Municipal de Campinas Grande-PB*, apresenta uma pesquisa que investiga a percepção dos professores de duas escolas públicas, o que se constata é que se torna importante conhecer a percepção ambiental dos indivíduos envolvidos no

processo de educação. A autora considera que esse conhecimento facilita a compreensão das interpelações do ser humano com o meio ambiente e o trabalho do profissional da educação. A pesquisadora é doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Atua principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, Gestão integrada de resíduos sólidos.

*Ribeiro, Lobato e Rita de Cassio Liberato* – em *Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental*, fazem um levantamento de alguns pressupostos de fenomenologia da percepção, apresentando um breve histórico da fenomenologia da Percepção e seus conceitos chave que servem a Educação Ambiental.